

# Em prol da teologia portuguesa

JOAQUIM DOMINGUES\*

*Rev.º P.º Jorge Coutinho*

A prática de saudar com júbilo a chegada a bom termo da carreira docente constitui uma nobre tradição, que abona em favor da instituição universitária. É com especial gosto, pois, que me congratulo pelo bom sucesso do percurso académico do Professor Jorge Coutinho, cujas qualidades pessoais tenho apreciado em diversas ocasiões. Se me não cabe, de fora da academia, julgar os méritos da sua obra, avalizada nas instâncias apropriadas, optei por lhe propor estas incipientes reflexões acerca de um tema de interesse comum, certo de que não fenecem com a jubilação as capacidades do espírito e quiçá remocem até, se um ócio propício as favorecer.

A quem alcançou a dignidade sacerdotal não pode ser estranho o problema das relações entre a filosofia e a teologia, seja no plano histórico, existencial ou especulativo. Da leitura do Evangelho de São João resulta, com efeito, que, sobretudo na consideração das questões mais elevadas, se há-de atender à implicação entre a lógica e o Logos; assim como na dos livros sapienciais do Antigo Testamento se verifica quanto a noção bíblica da Sabedoria se avanteja à dos clássicos filósofos gregos ou, pelo menos, à que alguns modernos lhes atribuem. Por isso, a noção tradicional da filosofia atinge na perspectiva cristã uma elevação que raro se nota quando confinada num artificioso laicismo.

Digno de nota é que o culto da Santa ou Sagrada Sofia tenha até hoje tão escasso relevo entre nós, se bem que dê o nome à rua onde se erguiam em Coimbra os colégios universitários de algumas ordens regulares e se ouça na

---

\* Professor de Filosofia no Ensino Secundário. Investigador.

litanias que invoca o nome de Maria sob o epíteto de Sede da Sabedoria. Caberá, porém, aos historiadores documentar as razões porque foi erigida como primeira faculdade da Universidade Católica Portuguesa a escola de Filosofia criada em Braga pela Companhia de Jesus, muito antes do decreto que em 1971 reconheceu a existência legal daquela instituição. O qual, logo no segundo artigo, distinguia as duas faculdades, de Teologia e de Filosofia, não só distanciadas no espaço, como demarcadas no objecto; mas cuja organização e funcionamento, como os programas e cursos de carácter restritamente filosófico ou teológico, isentava da interferência do poder político.

Ele vale como documento fidedigno das dificuldades e dos equívocos que, desde há mais de dois séculos, afectam as relações entre a Igreja e o Estado, mesmo nas fases em que o clima não foi de franca hostilidade. A persistência da mentalidade positivista nos meios intelectuais e nas instituições oficiais tem dado a primazia às ciências exactas, experimentais e normativas, sobre a filosofia, as letras e as artes, enquanto associa a religião à moral e aos costumes. Prevalece o lema de que contra factos não há argumentos, apesar da evidência de que no domínio das normas sociais são precisamente os argumentos que decidem.

A transformação da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra em Faculdade de Letras, por decreto do governo republicano estabelecido em 1910, nunca foi seriamente contestada ao longo dos cem anos que tem de vigência, mesmo pelos professores sacerdotes directamente envolvidos na decisão, como o aliás notável académico que foi o Padre António Garcia Ribeiro de Vasconcelos. E tão pacífico tem sido entre nós o entendimento da insignificância da teologia na enciclopédia do saber, que nem uma das várias empresas que nos finais do século passado promoveram o aparecimento de universidades a incluiu no elenco dos seus cursos. Tão certo é que, num País onde a larga maioria dos cidadãos se afirma católica, eles não encontram nas instâncias decisórias, salvo raras excepções, quem efectivamente os represente, quem deveras se identifique com os seus valores.

\*

O sucedido no século passado, no entanto, pouco destoou do anterior, a julgar pela bibliografia disponível que, embora abundante no atinente às manifestações da piedade, do apostolado e da polémica, pouco tem a dizer-nos acerca das questões propriamente teológicas. O século XIX sofreu o impacto das profundas alterações que os paladinos do iluminismo introduziram na sociedade portuguesa, mormente no ensino, cujos efeitos, como é de norma, se manifestaram apenas nas gerações seguintes. Por isso, um período tão fecundo na literatura de ficção, lírica, romanesca e teatral, como na actividade crítica, histórica, política e polémica, magra colheita oferece

na produção filosófica, da antropologia à cosmologia e à teologia, onde só brilham algumas figuras isoladas.

A diligente investigação de Pinharanda Gomes, de todo insuspeito de marear a verdade num domínio que conhece como poucos, resultou no prestimoso volume, saído em data infausta para tais leituras, *A Teodiceia Portuguesa Contemporânea (Estudo e antologia)* (Lisboa, 1974), mais tarde revisto e reeditado sob o título *O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal* (separata da revista *Theologica*, Braga, 1991). É decerto ocioso chamar a atenção para o facto de os autores aí recensados serem na maior parte homens que, um tanto impropriamente, se costuma designar como leigos, que o não poderiam ser os que escreveram os mais significativos textos da nossa reflexão teológica. O mais estranho, porém, é que tal realidade, tanto quanto sei, não suscitou a saudável reacção de quem a quisesse corrigir, antes ecoou num profundo silêncio, para não dizer indiferença ou, quiçá, resignação.

Está claro que, posta em termos históricos, a questão se revela pouco interessante, ainda que não inútil ou deslocada, certo como é vivermos num tempo contínuo, tanto em relação às fases que nos ficam contíguas, como às mais distantes, pelo que muito importa detectar as constantes e as variantes ao longo das gerações e dos séculos. O trabalho está quase todo por fazer, porém, embora haja contributos parciais a integrar na história da teologia portuguesa, cuja falta Pinharanda Gomes sublinhava, em 1991, ao editar, com seus úteis aditamentos, a já provecta tentativa do Padre Prudêncio Quintino Garcia, *A Teologia Tomista em Portugal*. Nem escasseia a matéria para tão prestimosa e urgente tarefa, tendo sido os teólogos portugueses, sobretudo nos séculos XVI e XVII, lidos, estimados e publicados por toda a Europa; como o mostram, ainda hoje, por exemplo, as reedições, as traduções e os estudos relativos a Frei João de São Tomás, a maior parte saídos lá fora, no entanto, como se não fosse da nossa conta.

\*

Defendo, porque a julgo meridianamente evidente, a realidade da filosofia portuguesa, cuja existência, no entanto, sujeita aos acidentes de tudo o que é humano, pode ser discutida e até negada, visto como há realidades em estado virtual, latente ou potencial, que é como quem diz, aguardando as condições propícias, o tempo, o modo e sobretudo o agente que as torne actuais. Sendo incontroverso que se pensa de diferente modo em cada língua, não obstante as equivalências, sempre imperfeitas, que o tradutor logre estabelecer, tenho de concluir que o modo distinto como pensamos em português – patente a quantos o falam, escrevem e lêem –, necessariamente terá expressão filosófica própria. É o que leio em diversas obras, sobretudo do último século e meio; ainda que elas não existissem, porém, o argumento continuaria válido, garantindo a possibilidade

de fazer surgir as expressões autênticas do nosso filosofar, incluídas as atinentes à relação do homem com o sobrenatural e o sagrado, ou seja, à teologia.

A meu ver, a chamada disciplina clássica foi levada mais longe do que convinha, designadamente após a reforma pombalina dos estudos, privilegiando formas do saber cujo formalismo menos se adequava à assunção dos aspectos da nossa idiossincrasia, que careciam de outros moldes para se verterem. Ao invés de culturas como a anglo-saxónica, a germânica e a italiana, onde a criação romântica – na lírica, no teatro e no romance, tal como na filosofia, incluída a teologia – se empenhou em reatar os laços com as tradições nacionais, o nosso academismo alheou-se da busca da autonomia espiritual, privilegiando a recepção das produções dos centros culturais estrangeiros. Compreende-se por isso o incómodo suscitado num meio intelectual onde a noção de tradição se acantonara nos domínios da vida anímica, quando Álvaro Ribeiro, em 1943, mais uma vez de fora das instituições académicas, a colocou no do espírito, como condição para tomar plena consciência de si e reencontrar o rumo perdido um povo que carecia de esclarecer a sua razão de ser no concerto dos povos.

Estava em curso uma guerra mundial de vincada natureza ideológica, de modo que, independentemente da sorte das armas, Portugal acabaria por sucumbir aos ataques cruzados do Leste e do Oeste, que, mais do que noutra qualquer teatro, o flagelaram no do pensamento, onde o acharam desarmado dos argumentos justificativos da sua singularidade. O problema em torno do qual se tinham debatido as gerações do século XX não fora o de saber como definir e realizar os nossos fins próprios, mas o de escolher com quem nos conviria alinhar para escaparmos ao risco de uma derrota, mais fiados na força alheia do que no valor próprio. A opção foi feita e não vale a pena discuti-la, pois resultou como consequência inevitável de termos abdicado da responsabilidade maior de um povo, que não é a de sobreviver, mas a de viver – e porventura morrer – para realizar a sua vocação própria, conscientemente assumida.

\*

Para quem segue com atenção o movimento da filosofia portuguesa, como o P.<sup>o</sup> Jorge Coutinho faz de há muito, resulta clara a tese, umas vezes implícita outras explícita, de que não há filosofia sem teologia, já que é impossível conceber o homem e o mundo sem ter presente o princípio comum a todos os seres. Ora, sem postulação dogmática embora, pacífico será por certo que no horizonte da nossa cultura a teologia há-de ser, se não necessariamente, ao menos *naturalmente* cristã, visto como em todas as dimensões dela estão presentes – desde as origens, ao longo dos tempos e através dos espaços, os mais altos e significativos – os valores professados pela Igreja. Isso mesmo se constata no referido estudo de Pinharanda Gomes, ainda que seja notória uma divisão de águas, como se os filósofos tendessem a silenciar a dogmática católica,

enquanto os representantes da hierarquia religiosa, simetricamente, mal dessem pela realidade dessa filosofia e se mostrassem mais atentos ao que se passa lá fora, seja de sinal ortodoxo, herético ou mesmo ateu.

Lembro apenas um exemplo, porque de um homem eminente, culto e inteligente, como foi Dom António Ferreira Gomes, esfriadas hoje as polémicas que marcaram o seu percurso. O certo é que, mesmo em pontos bem definidos, onde estava próximo ou mesmo de acordo com as teses de autores nossos, preferiu invocar os alheios, privilegiando-os no seu diálogo. Atitude muito comum entre os homens da hierarquia eclesiástica, que por via de regra falam aos Portugueses como se a autoridade lhes adviesse de alguma instância lá de fora, quicá de Roma, e não acreditassem que o Espírito também sopra neste extremo da Eurásia, de onde partiu o mais forte impulso católico que comoveu o orbe desde os tempos apostólicos.

Baldadas são as recriminações, porém, quando urge avançar e juntar forças para cumprir a tarefa, por demais adiada, de realizar o ideal da reconciliação universal, inscrito no mais íntimo do nosso ser. Para tanto, como tem sido repetido desde há alguns decénios, em especial desde 1957, importa estabelecer um leal diálogo entre os filósofos e os teólogos; se bem me expribo, entre os filósofos que não abdicam de reflectir acerca das realidades supernas e os teólogos que não ignoram a radicação humana, cultural e nacional de todo o pensar autêntico. Essa é, decerto, a condição essencial para que os Portugueses vençam as inibições que têm travado a sua melhor criatividade, como também para reconciliar a Igreja com um povo cujos valores não tem sabido integrar como devia no seu património, aliás tão matizado.

\*

Ao exprimir este desiderato, sem qualquer intuito polémico, apenas retomo, como disse, uma aspiração há muito expressa, que de modo algum tenho por um sonho vão. Fácil seria neste ponto – apesar da pesadíssima amnésia que repeliu para longe da nossa consciência actual realidades incontroversas – apelar para o passado e mostrar como Portugal se construiu por essa via e como a Igreja por ela também se engrandeceu e cumpriu, no que a relatividade dos tempos consente. Certo, contudo, de que mais nos interessa o futuro, porque nele está a nossa razão de ser e o motivo do nosso agir, julgo vir a propósito ilustrar com um exemplo elucidativo o que pretendo dizer.

Seja o de D. Ángel Amor Ruibal, «talvez a máxima cabeça especulativa da Galiza», professor da Universidade Pontifícia de Santiago de Compostela, desde a sua criação em 1896, singular personalidade, cuja obra capital, *Os Problemas Fundamentais da Filosofia e do Dogma*, deixou em grande parte inédita ao falecer em 1930. Quem no-lo diz é o P.<sup>e</sup> Andrés Torres Queiruga, para quem, no entanto, ele não teve com quem dialogar, nem sequer quem o entendesse,

pelo que «a sua obra é ainda uma semente à espera de frutos viçosos» (*Dicionário Enciclopédia do Pensamento Galego*, Vigo/Santiago de Compostela, 2008, p. 17). A proximidade geográfica, humana e sobretudo espiritual com a Galiza, a par da original perspectiva do autor, têm-me levado a perguntar se aquela «semente» não encontraria entre nós o terreno adequado para frutificar, a saber, a antropologia e a cosmologia com que perfeitamente se integrasse e a que servisse de coroa.

Amor Ruibal foi um notável filólogo que, não obstante usar o latim nos textos de estrita natureza académica, preferiu o vulgar para essa obra, cuja erudição impressiona, tendo até encarado a sua eventual tradução para o alemão. O galego não gozava então do direito de cidade, pelo que seria inviável usá-lo num trabalho destinado a larga audiência, contudo tenho por certo que era na língua natal que pensava um homem tão bem informado acerca do saber do seu tempo, como perfeitamente identificado com a sua terra e as suas gentes. O facto de ter chegado a trabalhar com vista a um dicionário crítico do galego, dá verosimilhança a uma hipótese que nada tem de extravagante, sabido que no meio rural onde nasceu e se formou ele prevalecia então.

Um dos traços característicos da sua personalidade – revelado na transitória passagem por Roma e na orientação mesma do seu pensamento teológico – era a serena rebeldia perante as imposições estranhas, sem prejuízo da cabal ortodoxia doutrinária. Assim, teve a ousadia de pôr em causa a metodologia escolástica, considerando-a ultrapassada e a necessitar de ser erguida sobre novas bases, precisamente na fase em que Roma se empenhava na restauração do tomismo. Mas o seu grande mérito está no contributo que foi desenvolvendo ao longo de muitos anos – à margem de inúteis polémicas e afastando-se até da docência da teologia para melhor e mais livremente a reconsiderar –, com vista a uma renovação que, estou em crer, muito deve ao fundo cultural luso-galaico onde se criou e a que sempre se manteve ligado.

Julgo digno de nota que o ponto de partida do pensamento ruibalino esteja em perfeito acordo com o pressuposto comum a quantos, entre nós, autenticamente filosofaram nos dois últimos séculos. «A sua intuição central está no *correlacionismo* [...] – continuo a citar o verbete do P.<sup>e</sup> Torres Queiruga (p. 23) – Consiste num sentido profundo da comunhão mútua, da íntima correlação que vincula entre si, constitutiva e dinamicamente, os seres do universo, fazendo deles um todo de certo modo orgânico, um todo que eles constituem e pelo qual são constituídos.» Quem conhece bem o nosso pensamento, incluso o vertido nas formas poéticas tradicionais, dispensar-me-á da erudita demonstração de que uma tal concepção a partilharam Antero, Bruno, Junqueiro, Seixas, Leonardo, Pascoaes, Marinho, Álvaro... e até Sérgio.

Compreende-se que a partir daqui outras afinidades se vão encontrando – como, por exemplo, a prioridade da *noção* sobre a *ideia*, tal como em Leonardo –, que justificam, ou pelo menos abonam, a pretensão de aproximar a teologia ruibalina

da nossa filosofia, na linha da comum inspiração cristã e da rejeição das rupturas modernas e modernistas sobre que repousa ou com que se debate o pensamento dos nossos dias. A viva noção da comunidade universal dos seres – ao invés da distância entre o sujeito e o objecto, que subjaz ao triunfo da técnica, mas também à consciência infeliz que nem a fenomenologia logrou superar – abre via a uma gnoseologia e a uma ontologia que nos interessa actualizar, tanto por razões teóricas como práticas. O percurso humano, docente e sacerdotal de D. Ángel Amor Ruibal, conciliando umas e outras, imprimiu o selo da autenticidade num pensamento que se ergue ao plano da universalidade a partir da situação cultural galega.

\*

A bom entendedor meia palavra basta, pelo que tenho a certeza de estar a exceder-me neste já longo arrazoado, fruto da imperícia, que espero leia com a longanimidade própria do homem e do sacerdote a cuja homenagem de bom grado me associo. Sirva-me de ressalva o zelo de quem anseia pela ultrapassagem do presente divórcio entre as superiores manifestações do espírito e a espontânea, íntima, autêntica índole da nossa alma, tão desatendida por quem tinha a obrigação de lhe dar voz e efectiva realização. Esperançado, por isso, em que a Igreja Portuguesa, na melhor tradição do ecumenismo, busque dar expressão própria e superior aos preceitos, aos dogmas e aos mistérios, cuja catolicidade significa precisamente que eles podem e devem ser entendidos em todas as línguas, não como revelações estranhas, mas antes como íntimas verdades.

Um povo secularmente identificado com a Igreja tem necessariamente de saber dizer e pensar em termos próprios a fé que permeia as melhores, as mais constantes e abundantes manifestações da sua cultura. Como há-de saber formar o seu clero num sistema de valores cuja autenticidade permita vencer os motivos que explicam o anticlericalismo e o afastamento da vida institucional da Igreja, e sejam compatíveis a uma religiosidade que vai sucumbindo ao atractivo de velhas e aparentemente novas religiões. Tal a lição que me parece poder retirar-se do magistério de D. Ángel Amor Ruibal, tão ortodoxamente católico, como intrinsecamente galego e autenticamente livre.

Convicto de que o P.<sup>e</sup> Jorge Coutinho não julgará deslocada esta apologia da mais nobre das ciências filosóficas por motivo da sua jubilação, quis aproveitar o ensejo para reflectir em voz alta acerca de um problema que porventura também o preocupa. Questão tanto mais premente quanto é certo que da teoria à prática ou, se quisermos, à política, na mais nobre acepção do termo, o passo é óbvio e a ninguém pode deixar indiferente.

Esperando, pois, a sua melhor compreensão, peço-lhe que aceite, com os sinceros votos de bom sucesso nas muitas tarefas que ainda o esperam, a expressão do melhor apreço do

Joaquim Domingues.